



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SEXTA(6ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dez dias do mês de março do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Sexta (6ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 07 de março de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Quarta (4ª) Sessão Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 11, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 08/2014, datada de 25/02/2014, objeto do Ofício nº 08/2014, de igual data, “dispondo sobre alterações na Lei Municipal nº 5.427, de 12 de setembro de 2013, que reestruturou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 12, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre alteração da Lei nº 5.306, de 2012, que instituiu, no Calendário Oficial do Município, a Caminhada Ecológica da Integração, a denominar-se Caminhada Ecológica Revolução Constitucionalista de 1932”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Vereador Benedito José do Couto, “instituinto, no Calendário Oficial do Município, a Hora do Planeta, a ser comemorada no dia 29 de março e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 14, de 2014, do Vereador Benedito José do Couto, “instituinto, no Município de Mogi Mirim, o dia 20 de novembro como Feriado Municipal pelo Dia da Consciência Negra”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano ao Reverendíssimo Padre Harold Joseph Rahm”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Balancete Mensal da Receita e Despesa da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº. 08/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 11/2014 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 97 e 120, de 2014, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Sra. Clara Alice Franco de Almeida Carvalho, Superintendente do Hospital Tabajara Ramos, de Mogi Guaçu, para que informe à esta Edilidade se existem condições técnicas e interesse, por parte daquela instituição, em firmar parceria com os municípios da área do Consorcio Intermunicipal 8 de Abril, no sentido de se ampliar o serviço de endoscopia digestiva para atendimento da demanda regional” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como o Secretário de Estado dos Negócios da Saúde, encarecendo-lhes respondam se existe um estudo, no âmbito do Município de Mogi Mirim, para a implantação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST”; nºs 98, 99, 100, 101, 103, 104, 111 e 118, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o Centro de Defesa do Consumidor – CEDECON de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Secretário de Estado dos Negócios da Saúde, Dr. David Everson Uip, juntamente com os gestores do Programa Mulheres de Peito, para que incluam Mogi Mirim nas atividades do calendário de 2014”, “seja oficiada a direção da empresa Vivo Telefonía, para que informe sobre qual o número e quais as condições em que se encontram os telefones públicos em Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que através do Secretário Municipal de Saúde,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

interino, Gérson Rossi Junior, informe sobre os casos de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH diagnosticados em Mogi Mirim, entre os anos de 2012 e 2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 576/2013, que solicita informações sobre os terrenos vazios que se localizam entre os jazigos, na parte antiga do Cemitério da Saudade”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe a Indicação nº 748/2013, que sugeriu um projeto de melhoria na sinalização dos jazigos e das quadras do Cemitério da Saudade”, “seja oficiado o Presidente do SAAE, Celso Cresta, requerendo-lhe cópia do processo licitatório da concessão de esgoto” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe Indicação nº 318/2013, para construção de rampa de acesso no Túnel Mário Covas”; nº 102, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiada a empresa NET Serviço S/A, requerendo a implantação dos serviços de TV, por assinatura, Internet Banda Larga e NET Fone – Via Embratel na zona norte da cidade, incluindo os bairros Novacoop, Flamboyant, Santa Clara e Santa Luzia”; nº 105, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 587/2013, que solicitou informações sobre a capacidade de sepultamento do Cemitério local”; nºs 106 e 108, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações a respeito dos Postos de Saúde da Família, localizados no Horto Vergel e no Bairro Rural do Gabrielzinho” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações a respeito de imóvel, existente no Horto Vergel, que abrigará uma creche”; nºs 107 e 109, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiada audiência pública na Câmara Municipal, para o dia 14 de abril de 2014, às 19 horas, para discussão dos problemas e sugestão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

referentes à Santa Casa de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe cópia do contrato e do Termo Aditivo entre o Município de Mogi Mirim e a Secretaria Municipal da Saúde e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”; n^{os} 113, 114, 115, 116 e 117, de 2014, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe a relação de todas as despesas do Município com os festejos carnavalescos de 2014, com o envio das respectivas notas fiscais”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, para que remeta cópia do cronograma de limpeza, dedetização e desratização das escolas e creches municipais, cumprido nos últimos meses e a ser praticado no presente semestre”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informe sobre o trabalho de varrição de ruas no entorno do estádio Romildo Vitor Gomes Ferreira, após a realização de jogos” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações sobre o cumprimento da lei federal n^o 11.947/2009, que prevê a aquisição de gêneros oriundos da agricultura familiar, correspondente a no mínimo 30% dos recursos do PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações sobre o andamento do programa Banco de Alimentos”; n^o 119, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, requerendo-lhe informações sobre a quantidade de gestantes diagnosticadas com sífilis, nos últimos três anos”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: n^o 144, de 2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “solução para o problema de duplicidade de denominação em uma mesma via pública para circulação urbana no Jardim Europa”; n^{os}. 145, 147, 148, 149, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, respectivamente, adequação de estacionamento e da mão de direção nas Ruas Dr. Ulhôa Cintra e Gastão de Freitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Almada”, “recuperação do piso asfáltico da Avenida Adib Chaib, no trecho entre a empresa Tenneco (Monroe) e a Praça Lions”, “troca de lâmpadas na Avenida Adib Chaib”, “instalação de sinalização de trânsito e redutores de velocidade na Rua Ederaldo Silveira Bueno, no Bairro SEHAC”; n°s 150, 153, 154, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “implantação de ‘lombada’ na Rua dos Ferroviários, proximidade do n° 80”, “instalação de lixeiras na Praça Ibrantina Cardona, no Jardim Santa Helena” e “estudos, para orientar, combater e fiscalizar qualquer tipo de maus tratos contra os animais utilizados em romarias”; n°s 151 e 173, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “limpeza em bueiro, localizado na Rua Antonio Brandão, no Jardim Bicentenário, próximo ao n° 154” e “prorrogação do prazo de entrega de documentos para concessão do subsídio do transporte intermunicipal universitário”; n°s 152, 155, 159, 164, 167 e 168, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “implantação de mão única de direção na Rua Gastone Lorenzetti em frente à EMEB Altair Rosa Corsi Costa, no Parque da Imprensa”, “construção de calçada em torno de área verde, pertencente à Prefeitura, na Rua Sebastião Euzébio de Oliveira, no Jardim Paulista”, “notificação ao proprietário de terreno, localizado na Avenida Francisco Parra Hernandez, ao lado do n° 577, no Jardim Nazareth, para limpeza da área”, “instalação de placas indicativas de sentido e direção no início da Avenida Amucci Truffi, no Parque da Imprensa”, “melhorias na iluminação e troca de lâmpadas queimadas na quadra de esporte do Parque das Laranjeiras” e “implantação de lixeira na Rua Coronel João Leite, em frente à escola Coronel Venâncio, ao lado do ponto de ônibus”; n° 157 e 158, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguhi, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Paulo O. G. Lovo, no Bairro Saúde” e “implantação de redutor de velocidade na Rua Padre José, altura do n° 442”; n°s 160, 161, 162 e 163, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tavares, sugerindo, respectivamente, ‘operação tapa buracos’ na Rua Janete Clair, no Jardim Linda Chaib”, “limpeza e manutenção dos bueiros, localizados na Avenida Dr. João Avancini, no Bairro Mogi Mirim II”, “providências, para o prolongamento da tubulação de escoamento de águas pluviais, no final da Rua Janete Clair, no Jardim Linda Chaib” e “limpeza na área verde, localizada nas proximidades do campo de futebol do bairro Mirante”; nºs 165 e 166, de 2014, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “poda de árvore, localizada na Rua Carlos Campos Adorno, próximo ao nº 30” e “reparos na pavimentação da rua Dr. Rui Eduardo Vital, no Parque do Estado II, em frente ao nº 206”; nº 169, de 2014, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, “retirada de tocos de árvores erradicadas, que estão na Ruas Tuiti e José Bonifácio, bem como seja feita a recomposição das calçadas danificadas pela ação”; nº 171, de 2014, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, “implantação da ‘Hora do Planeta’ a ser comemorada no dia 29 de março”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 10, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena S. de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o Dr. José Rogério Cruz e Tucci, pela assunção ao cargo de Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo”. A Moção nº 11/2014, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de protesto contra a inoperância do Chefe do Executivo Municipal, por não honrar os compromissos assumidos com o Poder Legislativo de Mogi Mirim”, foi rejeitada por dez (10) votos contrários a seis (06) votos favoráveis e foi arquivada. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, datados de 24, 26 de fevereiro de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 424/2013; Requerimento nº 751/2013; Indicação nº 943/2013; Indicação nº 926/2013; Indicação nº 1015/2013; Indicação nº 1063/2013; Indicação nº 994/2013; Indicação nº 1043/2013; Indicação nº 004/2014; Indicação nº 024/2014; Indicação nº 043/2014; Requerimento nº 043/2014; Indicação nº 045/2014; Indicação nº 030/2014; Indicação nº 028/2014; Requerimento nº 027/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegramas referências: nºs. 002531, 003317, 008632, 010684, 014602, 016424, 016940, 017012, 017560, 018664, de 2014, datados de 06 de março do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício s/nº, datado de 19 de fevereiro de 2014, subscrito pela Sra. Fabiola Assad Calux e outro, pela NET Serviços de Comunicação S/A, “respondendo ao Requerimento nº 32/2014, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador João Antonio Pires Gonçalves). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente fez uso da palavra, retratando-se em relação ao ofício de alteração de liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores – PT, correspondência dada como lida, na última sessão. O Presidente comunicou que, como o ofício não continha a assinatura de ambos os vereadores da bancada e, tampouco, o Vereador Waldemar Marcurio Filho fora notificado de antemão, na sessão em curso, o líder continuaria sendo o Vereador Waldemar Marcurio Filho. O Presidente solicitou ainda, que de forma tranquila e amigável, os dois vereadores petistas definissem, em reunião interna do partido, o líder de bancada para o ano em curso. Posto isto, o Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como o primeiro inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Leonardo David Zaniboni, que comentou o ato de racismo ocorrido no estádio do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, durante o jogo contra a equipe do Santos Futebol Clube –SFC, fato que teve repercussão na imprensa internacional, quando uma pessoa, presente na torcida do MMEC, havia gritado contra o jogador Arouca, do SFC, chamando-o de ‘macaco’. O Vereador colocou que uma única pessoa havia denegrado toda a população mogimiriana, pois o fato havia tido repercussão mundial; que a cidade de Mogi Mirim estava sendo conhecida, no mundo todo, como uma cidade onde existia racismo; que Mogi Mirim não era uma cidade racista; que o malefício havia sido provocado por uma pessoa sem educação, que não merecia qualquer respeito; que um único indivíduo tinha maculado toda a cidade e voltado à opinião das pessoas de todos os lugares do planeta contra Mogi Mirim; que existiam indícios de quem era esta pessoa, porque havia testemunha; que a pessoa estava sendo investigada pelos canais competentes; que esta pessoa deveria se apresentar e procurar a imprensa, para pedir desculpas ao mundo inteiro, em nome da cidade, porque tinha elevado o município às piores esferas possíveis; que repudiava, totalmente, a atitude infame ocorrida e esperava que os mogimirianos pudessem ter a ‘alma lavada’ em breve, porque a população não merecia tal mancha na história da cidade, nem na história do clube, que tinha demorado décadas para escrever sua própria história, muito bonita por sinal, nos quadros do futebol brasileiro, que, agora, o estádio tinha sido bloqueado pela Federação Paulista de Futebol, por causa de um ser humano estúpido e ignorante e que, atitudes de racismo jamais poderiam ser aceitas por pessoas de bem. O próximo orador foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que agradeceu ao Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, e ao Gerente Everton Bombarda, porque tinham atendido ao seu pedido e estavam efetuando a troca da areia das três quadras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

esportivas do Complexo Lavapés, haja vista que a areia antiga continha muitas pedras e pedregulhos, causando ferimentos nas pessoas. O Vereador do PMDB também aclarou que, em conversas mantidas com o Prefeito Municipal, recebera a informação de que a academia ao ar livre, prometida para a Praça da Criança, no Jardim Longatto, não seria implantada num primeiro momento, porque sua implantação fora transferida para a Praça Catarino Marangoni, bairro Tucuru, em frente ao Supermercado Lavapés, e que, a academia para a praça do Jardim Longatto seria instalada logo depois. O próximo orador a usar da palavra foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que endossou as palavras do Vereador Leonardo Zaniboni, no tocante ao ato de racismo ocorrido no estádio do MMEC, repudiando a atitude do torcedor e rotulando o episódio como algo péssimo para a cidade. O Vereador do PV também trouxe informações sobre o subsídio ao transporte intermunicipal universitário, esclarecendo que o processo estava sendo estudado pela Secretária de Administração e Finanças, Elisanita Moraes, visando à possibilidade da ampliação do benefício aos estudantes, acreditando que, em quinze dias, o projeto seria finalizado e remetido à Câmara, atendendo aos universitários. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, falando de suas indicações, relativas à troca de lâmpadas e pontos escuros, também sobre a limpeza pública, todavia, ressaltando que, em sua opinião, tais sugestões só aconteciam e eram reiteradas a todo o momento pelos vereadores, porque o Poder Executivo não exercia a contento o seu papel de observador dos problemas e executor das soluções, citando, como exemplo disso, a limpeza pública, que tinha se atrasado em acontecer, por conta da lentidão no processo licitatório correspondente. A Vereadora versou também sobre o requerimento que apresentou, solicitando do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, e do Secretário de Estado dos Negócios da Saúde a implantação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, explicando que o centro beneficiaria a saúde do trabalhador e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os socorreria nos acidentes de trabalho. Por fim, a Edil do PSB comentou a Moção de Protesto dos vereadores da oposição, contra a inoperância do Chefe do Executivo Municipal, por não honrar os compromissos assumidos com o Poder Legislativo de Mogi Mirim. A Vereadora afirmou que os vereadores estavam aguardando a possibilidade de um desfecho favorável à situação, mas permanecia apenas a brincadeira voluntariosa do Chefe do Executivo de Mogi Mirim; que havia uma lei para a reforma da Câmara; que a finalização das discussões sobre a reforma datava de agosto de 2013; que a lei fora aprovada em outubro de 2013, com prazo determinado para execução do serviço; que seria cedida parte integrante do Gabinete do Prefeito para abrigo de parcela da Edilidade, que a duração dos efeitos da lei fora projetada para trinta anos e que, a reforma nem havia se iniciado e já estacionara. “Não importa porque parou, nem a culpa de quem parou, mas sim, o papel de palhaço de quem votou a lei, unânime, e o Executivo precisa do Legislativo, mas é assim que o Prefeito nos trata, bondosamente, cedendo o imóvel do outro lado da rua, lugar onde não há a menor privacidade”, disse, para concluir sua fala. O próximo orador inscrito foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que acatou o pedido de desculpas proferido pelo Presidente da Câmara, destacando que havia se sentido humilhado, ofendido e julgado, na última sessão, porque a presidência não lhe cedera a palavra, quando a solicitara, como líder. Para ratificar suas palavras, leu nota de repúdio contra a assessoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, afirmado que o assessor havia causado todo o transtorno, exigindo que tudo fosse feito na legalidade e que, ele, interessado, fosse avisado de antemão a respeito dos fatos, algo que não tinha acontecido no episódio em tela. Sobre outro assunto, convidou todos para audiência pública para discussão de assuntos relativos à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com a presença do Secretário Municipal de Saúde e diretores do hospital, porque ele, orador, desejava conversar tanto com a diretoria, quanto com os médicos, porque a situação no hospital estava ‘uma porcaria’ e ele,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

inclusive, apresentaria relatos de munícipes durante a referida audiência, confirmando as circunstâncias. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, versando acerca dos requerimentos que apresentou, principalmente, reiterando indicação para construção de rampa de acesso no Túnel Mário Covas, explicando que, quando de sua construção, não haviam executado o acesso, pois ainda não estava vigente a Lei da Acessibilidade e que, a execução de uma simples rampa seria uma obra nada custosa ao Município. Depois falou sobre caminhadas ecológicas, aclarando que pretendia realizar várias e que estava propondo alteração na denominação da Caminhada Ecológica da Revolução de 1932, de Mogi Mirim até o Morro do Gravi, em Itapira, para Caminhada Ecológica Afonso Sambrana. Salientou, igualmente, que várias entidades representativas participavam das caminhadas e que, o objetivo de tais passeios era a coleta, durante o trajeto, de plásticos, pneus e quaisquer outros lixos, ou agressão à natureza, com o incentivo da Prefeitura Municipal, que fornecia a ambulância de apoio e o resguardo da Guarda Municipal. O Edil também falou sobre sua preocupação em relação ao cronograma de obras para o Parque das Laranjeiras, dizendo que ficara aguardando o cronograma, por quase oito meses, e que, finalmente, ao receber a resposta, tinha ficado admirado com o seu teor. “Fiquei sete meses e meio esperando o cronograma de obras para o Parque das Laranjeiras e, quando, finalmente, a resposta chegou, o gerente me diz que é para eu acompanhar o edital, porque é lá que terei todas as informações”, frisou. Disse que se a Prefeitura não respeitava o vereador, que respeito se poderia esperar para com o morador do Parque das Laranjeiras e acentuou ainda, que prosseguiria, apresentando novo requerimento, ainda mais detalhado, solicitando o cronograma, todavia, demonstrando dúvidas com relação à verba. “Farei novo requerimento, mais detalhado, e vou pedir o cronograma de obras, mas já nem sei se o dinheiro virá, porque dizem que está bloqueado, e o cronograma é o pontapé inicial para a tão sonhada infraestrutura no bairro”, frisou,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concluindo seu discurso. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que respondeu as colocações feitas pelo Vereador Waldemar Marcurio, citando o Artigo 96, do Regimento Interno, e frisando que a liderança poderia ser alterada, bastando o encaminhamento de documento informativo à Mesa da Câmara. Destacou que tal procedimento havia sido feito mais de uma vez na Casa; que caberia à Mesa a informação à pessoa do Vereador e não ao correligionário; que não entendia como atitude correta submeter a sua assessoria no contexto da diversidade existente entre o Vereador Waldemar Marcurio e o ex-presidente do PT, Ernani Gragnanello; que não entendia como justo ‘descarregar nas costas do assessor’, que era bom menino, educado e competente e que, uma reunião seria realizada na quarta-feira vindoura, na sede do Partido dos Trabalhadores, para definição da situação que, para o orador, era assunto completamente encerrado. O Vereador Luiz Guarnieri também versou acerca da moção de protestos contra o Prefeito, pela inoperância em relação à reforma da Câmara Municipal, salientando que o assunto estava pendente desde o início do ano, necessitando de urgente definição, porque era impossível trabalhar no local adaptado, no imóvel alugado. “Lá está pior, então, solicito a intervenção do Presidente para que se inicie a reforma do prédio antigo, o mais rápido possível, para que tudo volte para a normalidade nesta casa”, acentuou. Prosseguindo, abordou a questão do Cemitério da Saudade, objeto de seu requerimento, através do qual solicitou informações sobre a capacidade de sepultamento no local. Disse que o tempo de vida do cemitério estaria esgotado em até quatro anos, razão pela qual defendia um planejamento, para os próximos anos, talvez com a incorporação da área aos fundos do cemitério, para evitar que o problema se estendesse. Além disso, afirmou que era muito difícil a localização dos túmulos, nas quadras, até pelos próprios funcionários do departamento responsável, sendo, portanto, necessária tal adequação, a fim de atender as necessidades da cidade. O Vereador ainda comentou a greve das FATECs e ETECs, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Fundação Paula Souza, explicando que a greve prosseguia; que havia sido realizada uma reunião entre professores, pais, alunos e assessores, para tratamento da questão; que o projeto estadual do plano de carreiras havia sido finalmente encaminhado à Assembleia Legislativa, para apreciação, mas que alguns tópicos das reivindicações não tinham sido respeitados, que esperava bom senso nas próximas reuniões, em esfera estadual, porque o problema se alastrava, e que, os envolvidos contavam com a base do PSDB de Mogi Mirim, para intercessão junto à Fundação Paula Souza, para solução imediata do impasse e retorno dos alunos às aulas. Finalizando, falou de reunião a ser realizada nas dependências da matriz de São José, com o arquiteto restaurador das obras da matriz, que pretendia realizar um trabalho de restauração e, quem sabe, até de conclusão das torres da igreja, cuja obra nunca fora totalmente finalizada. Na sequência, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que, desde logo, parabenizou o Vereador Bendito do Couto, pelo transcurso de seu aniversário, desejando-lhe felicidades. Prosseguindo, relatou ter iniciado a coleta para um abaixo-assinado em endosso à municipalização da merenda escolar, afirmando que já detinha o apoio dos pais e que, em dois meses, entregaria o resultado da coleta ao Prefeito. “Nós já estamos no mês de março e nada se adiantou no processo de municipalização, eu estou acompanhando a situação da merenda de perto, ‘marcação mãe de miss’, e, por enquanto, não foi feita nenhuma solicitação de compras para a cozinha, está tudo parado e se não começarmos agora, mês de março, não vamos conseguir efetivar a municipalização em tempo hábil e eu quero dizer que a população nos apoia e que esta, é uma luta que tenho há tempos”, aclarou a Edil. Dando continuidade ao seu discurso, a Vereadora disse que estava contente, porque o Conselho Municipal de Patrimônio tinha aprovado sua ideia de tombamento histórico do bebedouro de animais da Avenida Santo Antonio e da máquina linotipo do jornal A Comarca, instalada no Espaço Cidadão. “Creio que conseguiremos dar destino para aquilo que está abandonado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

peças da cultura e história da cidade, as quais não podemos deixar perecer, porque as crianças de hoje nem têm noção de como era feito um jornal no passado, por linotipo, ou como as charretes transportavam móveis e pessoas pelas ruas de Mogi Mirim, logo, será muito proveitoso ter o registro da história de cem anos atrás”, destacou a Vereadora. Com relação às críticas sobre a reforma da Câmara, objeto de moção de protesto, que foi rejeitada, a Edil do SDD explanou que sua real preocupação não era com o local, onde a vereança estava alojada, mas sim, com a ausência da Diretora Geral da Secretariada da Câmara, Dra. Adriana Tavares Penha, afastada do cargo, sem remuneração, em cumprimento à liminar judicial. “Minha preocupação não é nem com o lugar, onde estamos alojados, porque o que mais me preocupa é a falta de um diretor e eu sugiro a contratação de alguém, ou que se convide o ex-diretor para que nos dê assessoria, em caráter emergencial, uma vez que é muito difícil ficar na Edilidade, sem um diretor responsável”, colocou e encerrou seu discurso. Fez uso da palavra, ato contínuo, o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou sobre os Postos de Saúde da Família – PSFs, situados na zona rural do município, especialmente os dos bairros do Gabrielzinho, Córrego Azul e Vergel, cujos prédios apresentavam inúmeros problemas estruturais e de limpeza, tais como rachaduras, teias de aranha, bolor, goteiras e mato alto, solicitando, portanto, ao Prefeito Municipal, que olhasse ‘com bons olhos’ para a zona rural, que passava por situação complicada, lembrando, por fim, do também precário estado de conservação das estradas vicinais. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que empenhou seu apoio ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, no tocante ao pronto atendimento da Santa Casa e da audiência pública por ele proposta. Também comentou a respeito de seus projetos pessoais, o primeiro, a reestruturação completa da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Praça Chico Mendes, zona leste, que receberia aparelhos para ginástica ao ar livre, cujas obras se iniciariam em breve tempo, e o segundo, o Espaço Fé, projeto concebido pelo Vereador Benedito para ser implantado no Teatro de Arena, conferindo uma melhor destinação ao local, com a pretensão de torná-lo um espaço coberto, climatizado, onde toda diversidade religiosa pudesse se unificar e adorar a Deus, de forma ecumênica, fortalecendo a comunhão inter-religiosa. Retomando a direção dos trabalhos, após seu breve discurso, o Presidente da Câmara facultou o uso da palavra ao Vereador Cinoê Duzo, que cumprimentou e homenageou os funcionários da Secretaria Municipal de Segurança, bombeiros, guardas municipais e vigias, presentes nas Galerias da Câmara. Disse que o projeto a ser votado na “Ordem do Dia”, para estabelecer valores adicionais de periculosidade para tais categorias, não era o ideal desejado, apenas trinta por cento do que a categoria reivindicava e reivindicava há muito tempo, destacando, igualmente, que o momento de valorização desses profissionais era tardio, a função por eles desempenhada muito digna, que votaria favoravelmente à matéria e que, o adicional, dado pelo Prefeito, estava longe daquilo que os bombeiros, guardas e vigias mereciam. Dando continuidade ao seu discurso, versou sobre o preço da tarifa de ônibus coletivo, sublinhando a majoração para três reais e trinta e dois centavos, dizendo que era a tarifa mais cara da região e também, falou sobre o subsídio do transporte intermunicipal universitário, afirmando que a Prefeitura não demonstrava urgência em resolver o problema, ao passo que, a definição do salário dos secretários municipais fora muito rápida, destacando ainda, que acreditar no Prefeito era a mesma coisa que acreditar em Papai Noel. Por fim criticou o evento do carnaval popular e o aluguel de uma cobertura para abrigo dos foliões, aclarando que a Prefeitura não deveria alugar coberturas para todos os eventos festivos, mas sim, com racionalidade, efetuar a aquisição de uma cobertura própria, que poderia ser utilizada em vários setores, tais como a Feira Noturna, cobertura de quadras para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

jogos, entre outras situações. “Aluguel é jogar dinheiro fora, que a Prefeitura adquira”, frisou, para encerrar. O próximo orador inscrito foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que replicou a fala do Vereador Cinoê Duzo, destacando que ele mais parecia um CD riscado, porque sempre tocava a mesma música, ou seja, sempre as mesmas críticas à administração municipal. O Vereador do PPS explicou que o projeto do adicional de periculosidade às categorias profissionais da segurança pública era pouco, mas que os vereadores deveriam votá-lo, com segurança, pois era a mesma situação, ocorrida quando do aumento salarial do funcionalismo, que também fora criticada, e que o Vereador deveria ter consciência e não fazer ‘média com a população’, algo bastante complicado. Prosseguindo, agradeceu ao Prefeito, por ter atendido suas reivindicações e sugestões, não só as do orador, mas de todos os vereadores, pois notava que boa parte da população estava sendo assistida e elencou os problemas já resolvidos, citando, especialmente, um trecho de rua no Bairro Guaçu Mirim, onde o asfalto não havia sido finalizado existia vinte anos, serviço agora em andamento, bem como citou o calçamento da Avenida Amucci Truffi, uma luta de dez anos, que, finalmente, estava sendo efetuado pelo proprietário, Fernando Gama e Silva, depois de várias notificações da Prefeitura. “O Prefeito tem coragem, está fazendo investimentos na periferia e eu quero agradecê-lo, porque está trabalhando, logo, o vereador não tem argumento para ‘meter o pau’ no Prefeito”, salientou. Para finalizar, reclamou das contas d’água, emitidas pelo SAAE, que estavam muito pesadas, com valores altíssimos, mas somente para alguns munícipes, fato estranho, propondo o Edil que fosse formada uma comissão, para acompanhamento e desvenda do que estaria acontecendo. “Vamos verificar o porquê, chamar o Presidente do SAAE, Celso Cresta, para conversar, porque estamos sendo criticados por coisas que não fizemos, pois a majoração da tarifa d’água não passa pelo Plenário”, pontuou, concluindo. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, abordando o assunto da moção de protestos rejeitada,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

destacando os seis votos favoráveis dos Vereadores Osvaldo Quaglio, Luiz Guarnieri, Luzia Nogueira, Cinoê Duzo e Jorge Setoguchi, além dela própria, oradora. Durante o seu tempo na tribuna, a Vereadora procedeu à leitura do inteiro teor da moção de protestos contra a inoperância do Chefe do Executivo Municipal, por não ter honrado os compromissos assumidos com o Poder Legislativo de Mogi Mirim. “Uma cidade sem lei não é nada, é um ajuntamento de pessoas, quem tem força ganha e é apenas isso, nesta Casa, infelizmente”, frisou a Edil do PSDB, para finalizar sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que retomou o assunto da moção de protestos contra o Prefeito de Mogi Mirim, explicando que a intenção da propositura era trazer a preocupação, que certos vereadores tinham, diante de uma situação indefinida, colocando, ainda, o assombro que tivera ao conhecer o valor do aluguel da casa que abrigava a assessoria parlamentar, um local, que mal os acomodava, com energia deficiente, ao valor de sete mil reais/mês, certamente, em nada solucionando os problemas que assolavam o antigo prédio da Câmara, problemas estes, da parte elétrica e de falta de espaço. A Vereadora destacou que o valor do aluguel poderia ser mais bem utilizado, colocado ao favor da população e que, agora, havia o impasse, pois as obras estavam estacionadas, o Prefeito estava muito bem acomodado, em casa próxima ao Fórum, e ninguém sabia o que fazer, ou dava qualquer resposta às preocupações dos vereadores. “Isto é complicado, porque a Presidência da Câmara está à procura de outro local, que tenha plenas condições de atendimento à população e segurança aos vereadores, mas a que preço? Qual o aluguel do próximo prédio? Quanto será?”, inquiriu a Edil. Acentuou que se tratava de dinheiro público e, como solução para o impasse, sugeriu que fosse feita uma rápida reforma na parte elétrica do antigo prédio, a fim de que os vereadores retornassem para lá. “A mudança para a casa alugada, só piorou a precária situação que tínhamos, vamos reformar, retornar e fazer a economia de sete mil reais/mês, porque, num outro espaço, o aluguel será



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ainda mais caro e, ao final de um ano, muito desse dinheiro poderia ser empregado em benefício da população”, sublinhou. Para finalizar, também fez menção às péssimas condições dos PSFs do Gabrielzinho e Vergel, demonstrando-se assombrada com a situação dos prédios e com o desgaste vivido pelos funcionários, que trabalhavam sob o risco de rachaduras grandes e numa limpeza ruim, afirmando que algo deveria ser feito e o mais rápido possível. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que retornou para replicar as palavras do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, alegando que se o assessor do Vereador Luiz Guarnieri era bom, era bom para o Vereador Luiz Guarnieri e não para ele, orador, porque, realmente, toda a confusão partira dele. Falou ainda, que havia conversado com o Presidente da Câmara e demonstrado as irregularidades e a forma como havia se sentido; que o Presidente da Câmara havia compreendido; que o Vereador Luiz Guarnieri seria o próximo líder, porque ele, Vereador Waldemar Marcurio lhe transferiria a liderança; que havia um acordo, mas que o problema era, de fato, com o ex-presidente do PT, Ernani Gragnanello, e com sua esposa, dona Rosana Caveanha; que não tinha qualquer problema com o seu partido, o PT, nem na esfera estadual, nem na federal; que apenas criticava a forma como tinha sido conduzida a mudança da liderança; que procurara, de todas as formas, manter a ‘roupa suja’ dentro do partido; que seu problema havia sido em relação à forma como fora conduzida a questão, na sessão passada, pelo assessor do outro vereador petista; que se não fora isso, o Vereador Guarnieri já teria sido o líder, na sessão em curso; que tinha ficado triste e magoado pela forma como fora tratado; que o Presidente da Câmara entendera e reconsiderara aguardar a definição da bancada, que o assessor tinha, realmente, pecado contra ele, que não fora certo o que o assessor tinha feito e que, concluía ali, com sua nota de repúdio, toda a celeuma. Para finalizar, versou sobre a Santa Casa, respondendo que a Santa Casa era ‘linda’, mas tinha uma má administração e que, era esta a razão pela qual realizaria a audiência pública. “A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santa Casa é linda, quando falo que vou para cima da Santa Casa, falo da má administração, porque tem diretor que diz que está lá, sem fins lucrativos, e, se assim é, que abra mão da colocação, porque do jeito como está, não dá”, encerrou o Edil petista. Usou da palavra, como Líder, o Vereador Manoel E. P. C. Palomino, que teceu comentários a respeito do Projeto de Lei nº 01/2014, para valores de adicional de periculosidade às categorias profissionais da segurança municipal, exprimindo que, desde o início de seu mandato, estava lutando pela valorização dos bombeiros, guardas municipais e vigiais da Prefeitura de Mogi Mirim; que estava feliz, porque o adicional seria votado e, certamente, seria aprovado; que o adicional não era ainda o ideal a ser concedido, mas lembrou que o ex-prefeito havia permanecido oito anos no cargo e nada tinha feito pela categoria profissional e que, antes dele, o seu antecessor, que, igualmente, permanecera oito anos no cargo, também nada fizera; que o atual Prefeito Luís Gustavo Stupp era o primeiro a, realmente, conceder algum adicional aos profissionais da área da segurança municipal, que se os gestores anteriores tivessem feito algo, a defasagem não seria tão abismal, quanto a que se observava, atualmente, e que, cumprimentava toda a categoria pela conquista. Por fim, declarou abstenção de voto, conforme reza o artigo 180, por ter interesse direto na matéria e afirmou que prosseguiria na luta por novas conquistas, tais como, a construção da nova sede do departamento, o novo refeitório, alojamentos decentes, miniacademia, com artes marciais, musculação, atividades físicas em geral, lembrando ainda, que o Prefeito havia equipado o setor de segurança pública com novos veículos, caminhonetes novas, e por fim, agradeceu ao Prefeito, porque há muito não se era dada atenção à segurança e solicitou o apoio de todos para aprovação do projeto, constante da pauta da “Ordem do Dia”. Solicitou a palavra como Líder, Artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Esta retrucou as palavras proferidas contra o Prefeito Municipal. “Depois que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Manoel Palomino discursou e reconheceu o trabalho do Prefeito na cidade, não há como ignorar certos vereadores, verbalizando que o Prefeito está de molecagem no cargo”, colocou, ao mesmo tempo em que afirmou que os Vereadores da Casa estavam faltando com o respeito e pensando que ainda viviam no clima das eleições passadas, porque não tinham se conformando com a derrota. Elencou os Vereadores que tinham rejeitado a Moção de Protesto, a saber, Vereadores Dayane Amaro, Luís Roberto Tavares, João Antonio Pires Gonçalves, Leonardo Zaniboni, Daniel Santos, Manoel Palomino, Laércio Pires, Daniela Dalben, Waldemar Marcurio e ela, oradora. Disse que vergonhosa era a intenção da Câmara de apresentar repúdio ao Prefeito, homem que tinha lutado e desempenhado sua função, porque, em um ano de gestão, já tinha implantado muitas conquistas e afirmou, para responder às críticas, que o Prefeito não tinha interesse algum em ver subir o preço da tarifa do ônibus circular, porque a Prefeitura subsidiava parte do serviço. Lembrou que este era o início do segundo ano de mandato; que muito tempo existia pela frente, que a preocupação com outro prédio, para abrigo da Edilidade Mogimiriana, era preocupação única e restrita da Mesa Diretora, que os vereadores reclamantes não deveriam ficar preocupados em atender o munícipe, porque, com apenas uma cadeira e boa vontade, era possível conversar com o cidadão e atendê-lo, e que, ela, oradora, também exercia a fiscalização, tanto é que tinha solicitado todas as notas relativas ao carnaval popular. “Criticar, sem argumentos sólidos, é irritante, por isso peço que, ao acusar, tragam notas fiscais, como as que eu trouxe em relação ao prefeito que, no passado, comprava sapatos para o presidente do SAAE, ao preço de oitenta reais cada par, isso ano de 1998”, disse a Edil, concluindo sua fala. Fez uso da palavra, como Líder, a Vereadora Dayane Amaro Costa, para comentar respostas às suas reivindicações, destacando a que versava sobre o ingresso de um representante das pessoas com deficiência, como membro no Conselho Municipal de Turismo, o que fora acatado pelo Presidente do Conselho, Sr. Sebastião Zoli Junior, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre os adiantados estudos, por parte da Secretaria de Saúde e da Promoção Social, para implantação do Kit Maternidade na rede pública municipal. Depois endossou a questão da acessibilidade no Túnel Mário Covas, assunto objeto do discurso do Vereador Luís Roberto Tavares, reforçando o pedido feito pelo Edil do SDD e dispondo seu apoio à causa. Por fim, falou de seu dissabor pelo fato ocorrido no estádio do MMEC, quando o jogador de futebol do time do Santos Futebol Clube havia sofrido atitudes racistas, por parte de um suposto torcedor. “Fiquei chateada com o ocorrido, vou ao campo de futebol, Mogi Mirim é a cidade que eu amo e é difícil vê-la sendo representada por algo tão horrível, como é o racismo, algo muito difícil de engolir”, citou, concluindo. Também fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que saudou os profissionais da área da segurança pública municipal, presentes nas galerias, destacando que a votação do projeto de adicional de periculosidade era um pequeno avanço, haja vista o esquecimento que a classe passara durante dezesseis anos. “Mesmo que o valor não seja o ideal, um passo foi dado, isto é o que importa e pretendemos ainda, o Vereador Manoel e eu, lutar por outros benefícios, tais como, ingressos gratuitos para os profissionais de segurança nas atividades culturais, concedendo-lhes uma melhor qualidade de vida”, frisou. Em relação ao carnaval, o Vereador narrou ter comparecido ao Espaço Cidadão, local da festa popular, e ter constatado, independentemente do valor gasto, uma perfeita logística naquele local, bem como uma melhor segurança, itens que, sob a ótica do Edil, compensavam qualquer gasto possivelmente superior. “Parabéns a todos, foi um carnaval exemplar, e o Espaço Cidadão é o local ideal para esse tipo de evento e concede segurança aos participantes”, colocou, concluindo. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Quaglio, que versou sobre a Moção de Protestos. Ajustou que não tinha assinado a moção, mas que lhe concedera voto favorável; que a questão das moções era meramente documental; que se deveria ter muito cuidado com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

moções de repúdio e protesto, que havia sido presidente da Edilidade, por isso tinha certa noção das dificuldades inerentes ao cargo e que, o problema era o Prefeito Municipal ter feito de peteca o Presidente da Câmara. “Ocorre, é que, realmente, o Prefeito lhe fez de peteca, Presidente Benedito Couto, porque ele mandou o projeto de lei, aprovamos a matéria por unanimidade – pedido de Vossa Excelência, que tinha conversado e acertado com o Chefe do Executivo, e, de uma hora, para outra, ele, o Prefeito, vem e nos diz que não vai mais ceder o espaço de seu gabinete”, explanou o Edil do PSDB. O Vereador prosseguiu, aclarando que com tais atitudes, o Prefeito demonstrava imaturidade no momento da apresentação de projetos, pois várias matérias aprovadas já tinham retornado para emendas; que os vereadores, diante de tal modo de operação, ficavam com ‘cara de otários’; que havia votado favoravelmente à moção, porque, de fato, o Prefeito tinha brincado, mas não com ele, orador, nem com a proponente, Vereadora Maria Helena, mas sim, com o Presidente da Câmara, Benedito José do Couto; que o Prefeito havia sido inconsequente, que o Gabinete do Prefeito necessitava pensar melhor ao elaborar os projetos e que, a Câmara não poderia ficar com ‘cara de palhaço’. Com relação ao episódio ocorrido no estádio do MMEC, o Vereador ponderou que a Polícia não tinha ainda identificado o autor do crime, questionando se este seria, realmente, um torcedor mogimiriano, ou alguém completamente alheio à vida cotidiana da cidade. “Pode ser torcedor de fora, não do Mogi Mirim Esporte Clube, portanto, temos que acompanhar de perto a questão, porque envolve o nome da cidade”, registrou, finalizando. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h28, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no Artigo 47, § 1º da Lei Orgânica Municipal:** 1. Projeto de Lei nº 164, de 2013, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “instituinto o “IPTU VERDE”, desconto no Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU às habitações sustentáveis e dando outras providências”. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 123/2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada, para reestudo*, do Projeto de Lei nº 164/2013, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade, o Requerimento de Retirada nº 123/2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni); (retire-se); 2. Projeto de Lei nº 200, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dispondo sobre o processo de tombamento de bens e sobre o uso e ocupação das áreas de entorno aos bens tombados, ou em processo de tombamento, conforme Artigos 229, 230, 231 e 232, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 200/2013, da Vereadora Maria Helena S. de Barros); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 201, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dispondo sobre a criação do Conselho de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural de Mogi Mirim e dando outras providências”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 201/2013, da Vereadora Maria Helena S. de Barros); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 07, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “instituinto o Dia de Combate à Homofobia, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Município de Mogi Mirim, a ser comemorado no dia 17 de Maio”; (posto a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 07/2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo valores de adicional de periculosidade às categorias profissionais que especifica”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discursar, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, afirmando que o projeto era um reconhecimento do Prefeito à luta da categoria profissional, uma promessa da época da campanha eleitoral de valorização da Guarda Municipal. Disse que o Vereador Manoel Palomino havia colaborado na elaboração do plano de incentivos e que, todos estavam empenhados na mesma luta, para que a categoria fosse beneficiada não só com o projeto em tela, mas com outras propostas futuras. Também discursou o Vereador Cinoê Duzo, que registrou a presença do Secretário Municipal de Segurança, Paulo Machado, lembrando, igualmente, que ele, orador, tinha apresentado vários requerimentos e indicações, propondo benefícios à Guarda Municipal desde o ano de 2010 e que, o comandante Paulo Machado era testemunha ocular disso, pois trocavam muitas informações. “Se o Prefeito, que é o executor não fez, não é culpa deste Vereador, que aqui está, e o comandante, presente nas galerias, não me deixa mentir, logo, não foi culpa de vereador, mas do maquiavélico ex-prefeito, que não deu atendimento às reivindicações da classe, e eu registro meu apoio aos profissionais da segurança”, frisou, encerrando. O próximo a discursar foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que parabenizou toda a classe profissional da segurança municipal e disse que o adicional era, realmente, mínimo, diante do gigantesco trabalho que executavam, salvando vidas. “Acho que merecem mais, mas é o que o Prefeito pode oferecer, hoje, e mesmo sendo pouco,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

temos que votar favorável, como assim nós fizemos no caso do salário do funcionalismo municipal, portanto, meu voto será favorável”, destacou e concluiu. Também defendeu a matéria o Vereador Manoel Palomino, dizendo que não havia se dirigido ao Vereador Cinoê Duzo, em absoluto, apenas trazendo o que escutara dizer, ou seja, de que ninguém havia lutado com tamanho afinco, pela categoria, quanto a administração que agora dirigia a cidade e que, muitas vezes, ao lutar, a pessoa se cansava e esmorecia antes da conquista. “Temos que lutar até o fim, prosseguir, e o resultado está aí, é o que tenho feito desde o começo do meu mandato”, citou e encerrou sua fala. O Vereador Leonardo Zaniboni também teceu comentários, parabenizando o Vereador Manoel Palomino pela luta e pela conquista de sua categoria profissional, uma vez que o Vereador do PPS era Guarda Municipal, funcionário de carreira da Prefeitura Municipal. “Quero parabenizar o Vereador Manoel Palomino pela luta, pela participação e negociação junto ao Poder Executivo, algo que reflete a importância do vereador, defendendo uma classe, e, em minha opinião, existem duas classes altamente desvalorizadas na sociedade atual – professores e a dos policiais e bombeiros, portanto, registro que estas classes precisam ser mais bem valorizadas e de forma urgente, porque toda a sociedade está sofrendo com tal depreciação”, colocou, para concluir. O Vereador Laércio Rocha Pires também parabenizou o Vereador Manoel Palomino, seu colega de partido, aclarando que o colega tinha trabalhado com coragem e vontade, em nada brincando, ou fazendo média em tribuna. Por fim, parabenizou a classe dos profissionais da segurança pública municipal. Desejou discursar o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, declarando seu voto favorável à matéria e teceu elogios ao Vereador Manoel Palomino. “Todos os vereadores fazem um trabalho próximo às categorias as quais pertencem e nada é mais pertinente, portanto, desejo que o vereador continue com o seu trabalho, com mais força ainda, pela categoria da segurança, da qual faz parte, classe bastante desvalorizada, infelizmente, e é esta a força que tem que ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

usada, pois esta era reivindicação muito antiga e, como já foi dito, falar com Prefeito sempre fizemos, mas não depende só da boa vontade dos Edis, mas sim da execução do Prefeito”, salientou, finalizando. O próximo orador a comentar o projeto foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que reconheceu a luta do Vereador Manoel Palomino, em prol dos profissionais da segurança, disse que toda a votação tinha que ser feita de forma consciente, assim como fora com o salário do funcionalismo municipal e parabenizou a classe, pela conquista. “Parabéns Manoel e aos profissionais da segurança pública municipal e eu digo que, mesmo pouco, tudo o que beneficiar tal classe é louvável e terá o apoio deste Vereador”, sublinhou e encerrou sua participação. O Vereador Luís Roberto Tavares também discursou, parabenizando o funcionalismo presente pela oportunidade da votação do subsídio, declarou seu voto a favor do projeto e destacou aos guardas municipais, bombeiros e vigias presentes, que o reconhecimento da população era grande para com eles. Para concluir, disse que era testemunha da luta do Vereador Cinoê Duzo, durante o Governo Carlos Nelson Bueno, também, atualmente, a do Vereador Manoel Palomino, luta que, finalmente, rendia frutos, haja vista o Prefeito ter “abraçado a causa”. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira que, de início, parabenizou o Vereador Manoel Palomino pela luta e pela conquista de sua classe profissional, lembrando que esta fora, realmente, uma promessa de campanha do Prefeito Luís Gustavo Stupp. Prosseguiu, explanando que o país inteiro estava sofrendo com situações de guardas morrendo em atividades de confronto com marginais, algo que seria uma obrigação da PM e não da GM, quando muitos estavam falecendo com troca de tiros; que o adicional era algo muito justo, embora ainda pouco; que se poderia conceder um percentual maior; que desejava ver todos os vereadores, igualmente unidos, quando da luta pela melhoria salarial do funcionalismo público; que só recebiam aumento os cargos comissionados; que para os demais funcionários os reajustes eram pequenos e, para concluir,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pediu que todos os Edis se juntassem na questão do pagamento dos precatórios das férias do funcionalismo. Também o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, teceu breves comentários, parabenizando os guardas municipais, os bombeiros e os vigias. Reconheceu o pequeno valor da proposta a ser votada e se dispôs a lutar por mais melhorias e, por fim, parabenizou o Vereador Manoel Palomino pelo empenho na causa, haja vista que as reivindicações existiam há duas décadas e somente agora seriam atendidas; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por quinze votos unânimes, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2014, do Prefeito Municipal); (o Vereador Eduardo Palomino se absteve de votar “ex vi” do disposto no artigo 180, do R.I.); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Luís Roberto Tavares, Leonardo David Zaniboni, João Antônio Pires Gonçalves, Daniel Gasparini dos Santos, Luzia C. C. Nogueira e Waldemar Marcurio Filho, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou sobre seus requerimentos, especialmente, solicitando do Presidente do SAAE, Celso Cresta, a cópia do processo licitatório da concessão de esgoto, objetivando estudos para a possível criação de uma comissão, para análise e desvenda do aumento exorbitante nas contas de água de alguns moradores, uma parcela considerável da população. Comentou comunicado da assessoria da Prefeitura, sobre caminhão de coleta seletiva. Disse que seria possível conceder um caminhão, que era utilizado na zona rural, e adaptá-lo, para a coleta seletiva de lixo e que, o valor de duzentos e cinquenta mil reais, que ele conseguira junto aos deputados, seria, então, empregado para a compra de um novo caminhão para a zona rural. Citou erosão inicial na área verde



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Bairro Linda Chaib, provocada pelo escoamento de água pluvial da parte alta do bairro, razão pela qual tinha solicitado o prolongamento de toda a tubulação, para escoamento da água diretamente no córrego que servia o bairro. Por fim, rogou aos funcionários do setor de Obras e Meio Ambiente que visitassem o Bairro Linda Chaib e constatassem o problema, porque o vereador tinha consciência de que não se tratava de obra de baixo custo. Os últimos inscritos, Vereadores Luiz Guarnieri, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Jorge Setoguchi, Laércio Rocha Pires e Maria Helena Scudeler de Barros desistiram do uso da palavra. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h16, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM